

TEMPO DE REVOLUÇÃO

19 DE AGOSTO DE 2021

ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DA ESQUERDA MARXISTA, SEÇÃO BRASILEIRA DA CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL (CMI) EDIÇÃO 07

A tragédia dos servidores: Reforma Administrativa e traição das direções

PEC 32



O que aconteceu com as mobilizações e a greve de servidores de 18 de agosto?

Em “Reforma ou revolução”, escrito há mais de 120 anos, Rosa Luxemburgo trava um combate com os chamados revisionistas que defendiam a possibilidade de se alcançar progressivamente o socialismo por meio dos sindicatos, das reformas sociais e da democratização política do Estado. Eduard Bernstein e Conrad Schmidt, alvos da crítica de Rosa, foram expressões do que hoje conhecemos como “reformistas clássicos”, isto é, que abandonaram a luta pelo socialismo em uma época em que o capitalismo era capaz de conceder conquistas à classe trabalhadora, migalhas em comparação às enormes riquezas acumuladas pela exploração do proletariado.

O que predomina hoje entre os dirigentes das organizações do movimento operário é o distanciamento inclusive do “reformismo clássico”. Para boa parte dos atuais dirigentes



Camaradas da Esquerda Marxista no 18 de agosto em SP

o socialismo deixou de ser um objetivo mesmo que distantes e lembrado nos dias de festa.

Em “Dois artigos sobre o centrismo” (tradução livre), Trotsky nos ajuda a compreender o que se passa:

“Visto historicamente, o reformismo perdeu comple-

tamente seus anfitriões sociais. Sem reformas não há reformismo; sem capitalismo próspero, não há reforma. A ala reformista de direita torna-se antirreformista no sentido em que ajuda a burguesia direta ou indiretamente a esmagar as antigas conquistas da classe trabalhadora.”

18 de agosto: os mesmos erros se repetem

Toda a “esquerda” brasileira tem acordo em afirmar que a PEC 32, também conhecida como Reforma Administrativa, é um ataque a direitos históricos dos trabalhadores e aos serviços públicos, em particular pelo ataque à estabilidade dos servidores e o avanço da iniciativa privada em serviços públicos. Centrais sindicais e sindicatos de servidores organizaram um Encontro Nacional online em 29 e 30 de julho que definiu o 18 de agosto como dia de greve dos servidores e mobilizações. No entanto, [como explicamos em um artigo publicado no dia 16/8](#), poucas centrais sindicais (e sindicatos) realmente mobilizaram suas bases para combater a reforma. O que vimos foram mobilizações parcas e o já velho discurso de que tudo se resolverá em 2022.

No Paraná, APP-Sindicato, o maior sindicato de trabalhadores em educação do estado, chamou paralisação, mas não mobilizou a categoria e o resultado foi uma baixíssima adesão ao 18 de agosto em todo o estado. Os outros sindicatos seguiram o mesmo caminho. Uma parte nem aprovou paralisação e os que aprovaram não mobilizaram. O Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (Sismmac) nem assembleia convocou para decidir sobre a paralisação. Em Cascavel o resultado foi uma baixíssima adesão à manifestação com apenas 300 participantes e em Curitiba não foi diferente.

Em São Paulo, cerca de 3 mil pessoas – um número pequeno para uma das maiores cidades do mundo – se reuniram em um ato que aconteceu apesar das direções sindicais. As imagens divulgadas das mobilizações em outras capitais como Rio de Janeiro e São Luís, por exemplo, mostram como foi baixa a participação dos trabalhadores na “greve nacional”.

Esses são alguns exemplos do que ocorreu (ou não ocorreu) em 18 de agosto pelo país. Sem entrar na questão da real utilidade, ou inutilidade, de se organizarem as famigeradas lutas de um dia, vemos que nem isso os principais aparatos e dirigentes estão dispostos a organizar.

Estamos diante da maior crise da história do capitalismo e a burguesia não pode oferecer nem as migalhas. Há tempos estamos



Em Cascavel, PR, camaradas da Esquerda Marxista defenderam a luta pelo Abaixo o governo Bolsonaro

EXPEDIENTE

TEMPO DE
REVOLUÇÃO

Diretor de Publicação: Serge Goulart
Editor: Evandro Colzani
Diagramação: Henrique de Macedo
Capa: Evandro Colzani

Conselho Editorial: Alex Minoru, Caio Dezorzi, Evandro Colzani, Johannes Halter, Lucy Dias, Luiz Bicalho, Maritania Camargo e Serge Goulart

Comitê de Redação: André Mainardi, Flávia Antunes, Francine Hellmann, Henrique de Macedo, Mariana Rosa, Michel Silva,

Michelle Vasconcellos e Mateus Tavares
Jornalista Responsável: Rafael Prata
MTB nº 40040/SP

EDITORIAL

nesta situação em que os chamados reformistas (de direita e os de esquerda) são o principal obstáculo para qualquer luta da juventude e da classe trabalhadora. A “greve geral” de 14 de junho de 2019 contra a Reforma da Previdência de Bolsonaro, as lutas pelo Fora Bolsonaro em 2020 e novamente a possibilidade de uma greve geral em 2021 são apenas alguns exemplos de combates sabotados por essas organizações (CUT, PT, PCdoB etc.) e seus dirigentes.

Diferente dos “reformistas clássicos” combatidos por Rosa, os reformistas de nossa época não são capazes de lutar nem por reformas. O que eles mantêm é a crença na inutilidade ou impossibilidade da conquista do poder pelos trabalhadores e o desprezo pela teoria. Todo o ônus de sua ação em defesa das instituições burguesas recai sobre a classe que dizem representar.

“(…) Sem reformas não há reformismo; sem capitalismo próspero, não há reforma. A ala reformista de direita torna-se antirreformista no sentido em que ajuda a burguesia direta ou indiretamente a esmagar as antigas conquistas da classe trabalhadora.”
(Leon Trotsky)

A maioria dos dirigentes sindicais converteu-se em burocratas, mais preocupados com a preservação de seus privilégios do que com a defesa dos interesses dos trabalhadores. Passaram-se para a defesa da conciliação de classes e a integração das organizações dos trabalhadores à burguesia e ao Estado burguês. Por isso nosso combate é pela independência



No Rio de Janeiro, RJ, assim como na maioria das capitais do país, a paralisação de 18/8 obteve baixa adesão

de classe dos sindicatos e nossa defesa é a de sindicatos democráticos, de base e em luta pelo socialismo.

Acreditar que os problemas de nossa classe podem ser resolvidos pelo capitalismo inevitavelmente irá levar o defensor dessas ideias à adaptação e defesa do regime da propriedade privada dos grandes meios de produção. São esses dirigentes que hoje direta ou indiretamente contribuem com a continuidade do governo Bolsonaro e suas contrarreformas. Vender a falsa ilusão de que tudo se resolverá em 2022 por meio das eleições é aceitar um governo que não fez nada para barrar o avanço da pandemia que em breve atingirá a marca oficial de 600 mil vítimas.

Derrubar a PEC 32 e pôr abaixo o governo Bolsonaro

Na edição passada do Tempo de Revolução e em

[artigo publicado em nosso site](#) explicamos todas as consequências dessa contrarreforma e mobilizamos a partir da base para construir a paralisação do dia 18. Nós defendemos dentro do movimento dos trabalhadores um ponto de vista revolucionário de classe. Para os marxistas, a luta sindical e parlamentar são parte do processo de organização e educação da classe trabalhadora, para que por meio da luta por suas reivindicações transitórias (nesse caso as reformas estão incluídas) seja possível fazer a ponte entre a necessidade imediata e a luta pela revolução.

Acima de tudo, compreendemos a necessidade de um partido revolucionário da classe trabalhadora, pois como Marx e Engels explicaram no Manifesto Comunista:

“Os comunistas desdenham esconder seus pontos de vista e objetivos. Eles declaram abertamente que seus fins só podem ser alcançados

com a derrubada pela força de todas as condições sociais existentes.”

Devemos nos organizar para defender as conquistas de nossa classe e apresentar uma alternativa à miséria capitalista. As cenas recentes de homens e, principalmente, mulheres desesperadas para fugir do Afeganistão após a tomada de Cabul pelo Talibã é um importante exemplo do que nos oferece o regime burguês. Após 20 anos de ocupação imperialista, o que os Estados Unidos deixaram foi um país arrasado e sob o controle de um grupo de ideologia medieval. Mais do que nunca a humanidade está diante do dilema “socialismo ou barbárie”.

Por mais que as direções traidoras tentem impedir a mobilização contra esse governo e sua política assassina, jovens e trabalhadores já demonstraram diversas vezes sua disposição de luta e capacidade de ultrapassar o bloqueio

das direções. Convocamos e mobilizamos, em frente única, para as mobilizações de 7 de setembro (Grito dos Excluídos). Seguimos construindo os comitês de ação para pôr “Abaixo o Governo Bolsonaro! Por um Governo dos Trabalhadores sem Patrões nem Gerais!”. Derrotar a contrarreforma administrativa é fundamental não apenas para a manutenção de direitos históricos de nossa classe, mas também para ajudar a elevar a consciência dos trabalhadores sobre a necessidade de uma transformação revolucionária da sociedade.

Convidamos os jovens e trabalhadores que anseiam por alternativas genuinamente socialistas de luta contra os ataques desse sistema a ajudar a construir os comitês de ação, a conhecer nossas posições e fazer parte da Esquerda Marxista, seção brasileira da Corrente Marxista Internacional (CMI).



Bloco da Esquerda Marxista no 18/8 em Joinville, SC

Campanha “Ser Negro Não é Crime” completa um ano!

É preciso organizar a luta contra o racismo, a repressão e o governo Bolsonaro!

| Felipe Araujo

Iniciamos em agosto de 2020 a campanha “Ser Negro Não é Crime”. Desde então, produzimos artigos, lives e até atividades públicas, a despeito da situação de pandemia. Um dos casos de racismo mais descarado e marcante foi a acusação de Natan Vieira, pela Juíza Marchalek Zarpelon (Paraná), sob a alegação de que a “raça” dele seria uma “prova” de que ele era criminoso. Outros casos também foram marcantes, como o assassinato de João Alberto no Carrefour (RS), de George Floyd (nos EUA) e tantos outros que vemos cotidianamente. Como a operação na favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, ocorrida em maio, em que 25 pessoas foram mortas, sendo a operação policial mais letal da história da cidade, uma verdadeira chacina.

Um dos casos mais recentes foi o assassinato de Clayton Abel Lima, um jovem de 20 anos, morto por um policial que o acusou de ter roubado seu celular, quando, na verdade, o policial, Silvio Neto, havia esquecido o celular no carro. Como é comum, na maioria dos casos, os negros já são definidos como criminosos, sem qualquer direito à defesa.

Se, por um lado, basta ser negro para ser acusado de criminoso e sentenciado à pena de morte, por outro, um policial quando assassina um negro, mesmo quando é uma criança, desarmada, dentro de sua casa, costuma ser absolvido. Ou seja, a polícia e o Judiciário caminham de mãos dadas e aplicam, juntos, a pena de morte, ainda que seja proibida no Bra-

sil, tudo sob a justificativa de combate à criminalidade.

Além dos assassinatos e encarceramento, que são abertamente racistas, temos várias outras mazelas às que a classe trabalhadora negra é acometida, mas onde o racismo é maquiado. Por exemplo, durante a pandemia, a maioria das vítimas de morte, fome e desemprego é a população negra. É ela também que enfrenta a educação pública sucateada, os piores empregos e o transporte público precário.

Enquanto isso, Bolsonaro não oferece um auxílio emergencial que seja suficiente para a sobrevivência dos trabalhadores, obrigando os mais pobres a se exporem ao vírus para trazerem o sustento para suas casas, de modo a propagarem a doença e potencializando o surgimento de novas cepas. Além disso, ele aumenta o orçamento nas forças repressivas, enquanto diminui o investimento em saúde e educação, de modo que a situação de toda classe trabalhadora irá piorar no próximo ano, com peso especial sobre os trabalhadores negros.

As forças repressivas do Estado cumprem seu papel histórico de defesa da propriedade privada e dos interesses das classes dominantes. Esses interesses não são sequer maquiados. Basta olharmos o Brasão da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que remonta às suas origens enquanto “Guarda Real Portuguesa”, com a vinda da família real ao Brasil, em 1808.

No brasão, usado até hoje, podemos ver de um lado um pé de cana e de outro um pé

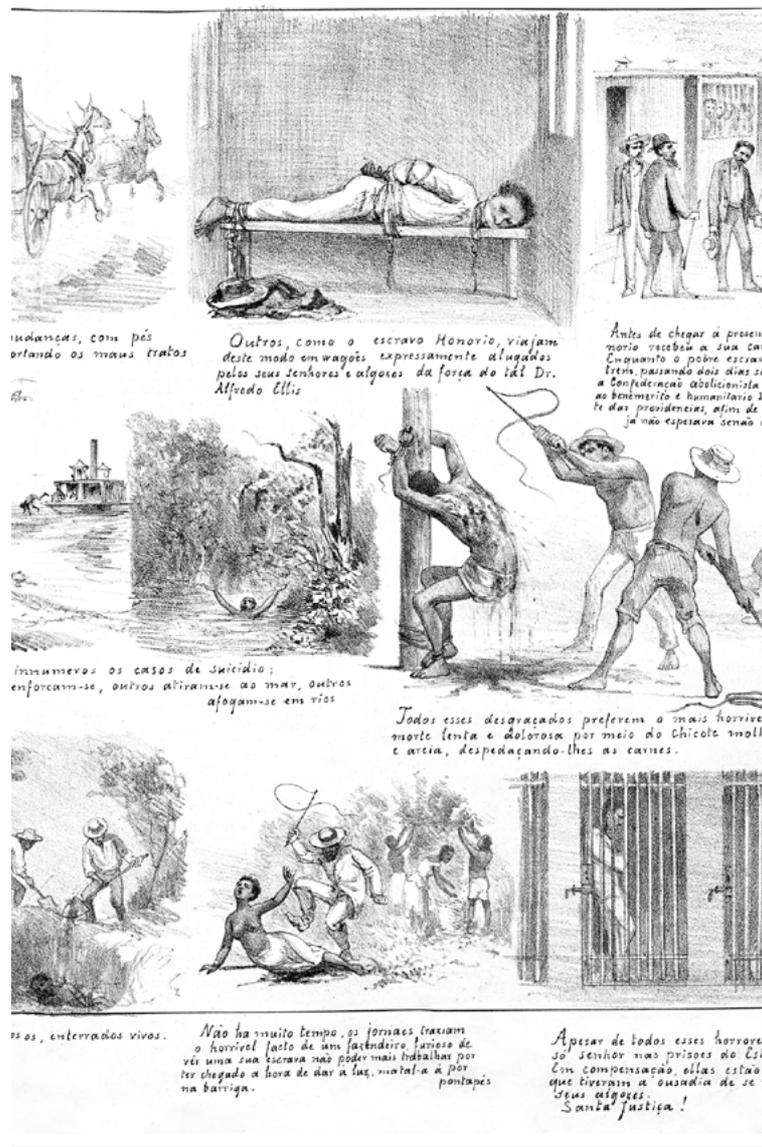
de café, representando as oligarquias da época. E acima delas duas armas de fogo entrecruzadas, dispostas a defender a qualquer custo a propriedade privada, mesmo que fosse necessário matar.

No centro, vemos o “1809”, ano em que a instituição foi criada, e o “GRP”, que quer dizer “Guarda Real de Polícia”. E, acima de tudo, uma coroa dourada, que, como bem sabemos, simboliza a classe dominante da época, ou seja, a monarquia escravista portuguesa. Classe esta que explorava a mão de obra escrava de negros e indígenas e que usava as polícias como “cães raivosos” do Estado para impedir qualquer tipo de resistência contra a exploração e a opressão, salvaguardar a propriedade privada, que na época eram os latifúndios.

Mesmo hoje, após o racismo ser considerado crime e a escravidão ter sido extinta, após muita luta dos trabalhadores abolicionistas, o Estado burguês ainda usa de seus aparelhos de repressão, para perpetuar o regime capitalista de exploração.

Nesse sentido, a campanha “Ser Negro Não é Crime” segue mostrando sua urgência e relevância. Precisamos ligar a luta contra o racismo à luta contra o capitalismo, o que no Brasil hoje se expressa através da palavra de ordem de “Abaixo o governo Bolsonaro”. Não podemos aceitar que ainda hoje uma pessoa seja julgada criminosa pela cor de sua pele. Ser negro não é crime!

Assim, convidamos todos a assistirem nossa live de um ano da campanha e se juntarem a nós nessa luta.



PARTICIPE!

A repressão do Estado e a luta contra a criminalização dos negros

Um ano da campanha Ser Negro Não É Crime!

Flávia Antunes Felipe Araújo Renata Costa

DIA 25/08, ÀS 19:30

AO VIVO PELAS PÁGINAS:

f /esquerdamarxista f /movimentonegrosocialista

Clique para ir ao evento!



Confira todas as atividades na página do Movimento Negro Socialista acessando:

<https://facebook.com/MovimentoNegroSocialista/>

UNE CONVOCA ATO NO DIA 11 DE AGOSTO, MAS NÃO MOBILIZA OS ESTUDANTES

Mayara Colzani



No dia 11 de agosto, dia nacional do estudante, a União Nacional dos Estudantes (UNE), convocou atos pelo Fora Bolsonaro, porém somente em São Paulo/SP foi noticiado que houve manifestação de fato. Não é de hoje que vemos os atos esvaziados pela ausência das direções na base, sem mobilizar e organizar os estudantes. Politicamente, essa situação expressa a total adaptação das direções das entidades estudantis aos aparelhos do sistema burguês e a política reformista que aplicam, tentando arrefecer a chama revolucionária da juventude.

Se a UNE assumisse o seu papel, o dia 11 poderia ter sido marcado por milhares de jovens nas ruas, um dia após o atual ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmar em entrevista à TV Brasil que as universidades “deveriam ser para poucos”. Segundo Ribeiro, o futuro da academia está nas escolas técnicas. Não nos sur-



preende que o governo federal queira acabar com a educação pública, mas é um absurdo deixar com que o ministro da Educação declare isso abertamente e não se faça nada.

A UNE não age de forma distinta dos principais aparatos que desmobilizam a luta pelo Fora Bolsonaro e apostam na via eleitoral para criar uma alternativa a este governo. As direções da UNE, CUT, PT etc. temem que qualquer mobilização real das bases possa sair de seu controle e se converter em um movimento semelhante ao que vimos no Chile, Paraguai, Colômbia e em diversos países ao redor do mundo. Para a maioria desses dirigentes, burocratas adaptados ao regime burguês, a luta pelo socialismo não é uma opção, se é que algum dia já foi.

Desde que convocaram as manifestações, a Liberdade e Luta mobilizou a juventude para estar presente nesse dia e levantar as palavras de ordem: Fora Bolsonaro já, por um governo dos Trabalhadores sem patrões nem generais; Universidades Ficam, Bolsonaro Sai e Aulas presenciais só com vacina para todos! Além disso, os militantes presentes também fizeram falas em defesa da educação pública,

gratuita e para todos, bandeira que faz parte da carta de princípios da UNE e que foi abandonada há anos, passando pela defesa da regulamentação do ensino superior privado.

No ato em São Paulo, o estudante de História e militante da Liberdade e Luta, Cássio Eduardo, também levantou a defesa da campanha pelo fim das mensalidades e pela federalização das universidades já. O militante da Liberdade e Luta, Marcos Andrade, estudante da USP, fez uma fala defendendo a campanha “Fora PM da USP”, onde colocou que a Universidade de São Paulo (campus Butantã), é a única que mantém a presença da polícia no campus. Marcos também acrescentou em sua intervenção que: “sabemos qual é função da PM dentro ou fora da universidade, é a proteção da propriedade privada e dos meios de produção e dentro da USP tem a função, além de defender as instituições privadas sendo um elo central da privatização das universidades, também tem o papel de conter o movimento tanto dos trabalhadores das universidades, quanto dos estudantes”.

Além disso, estamos vivendo todos esses ataques em meio a uma pandemia que já condenou mais de 570 mil mortos no

país pelo coronavírus. No último mês, os governos começaram uma disputa para ver quem vacinaria mais rápido a população, tendo como único interesse fazer com que a situação volte à normalidade. Mesmo com a primeira dose da vacina, todos os professores estão sendo obrigados a voltar para a sala de aula com toda a precariedade que se encontram as escolas públicas os deixando à exposição do vírus, assim como os estudantes. Para nós da Liberdade e Luta, o Dia do Estudante é um dia de mobilização pela base. Dia de lutar contra os cortes no orçamento e garantir toda a verba necessária para educação. Não é possível que diante desse quadro de ataques, como o fechamento das universidades públicas, a precarização do ensino, deixemos a banda passar. Precisamos nos organizar, mobilizar e construir uma saída revolucionária, denunciando as atuais direções que são os verdadeiros bloqueios à luta. Convidamos todos os jovens que buscam uma alternativa socialista contra os ataques da burguesia, ombro a ombro aos trabalhadores. Juntem-se à Liberdade e Luta!



Marxistas do RJ debatem crise na saúde e a luta dos trabalhadores

| Anderson Benac

No dia 14 de agosto, a Esquerda Marxista realizou um debate on-line, organizado pela célula Revolução Vermelha do RJ, sobre a atual crise sanitária, a situação geral da saúde no Brasil e a necessidade de nos organizarmos pela derrubada do governo Bolsonaro para salvar vidas!

A reunião iniciou com Kátia Nascimento, que já escreveu dois artigos sobre saúde, um deles enviado aos inscritos como referência e texto base para a reunião, junto com o artigo do nosso amigo Vagner Torres. Todos esses textos estão no site da EM. A camarada abordou centralmente a saúde mental, sobretudo durante a pandemia. Também falou da defesa da saúde pública, que está sob constante ameaça da burguesia através de privatizações, Organizações Sociais (OS), terceirizações e até por suspensões de programas públicos essenciais para a saúde mental da população.

Outro debatedor, Luiz Claudio Moreira, servidor de hospital federal e que também já publicou diversos artigos sobre saúde. Ele fez uma ex-



planação destacando a crise da pandemia e o desinteresse dos capitalistas da indústria farmacêutica do mundo todo em investir na construção de novas fábricas que produzam vacinas com celeridade, de forma que atendam rapidamente a demanda sanitária de toda humanidade. Luiz explicou que esta morosidade das vacinações no sistema capitalista só tem um objetivo, manter os lucros dos capitalistas, mesmo que o preço seja a vida da classe trabalhadora, aglomerada nas empresas e transportes públicos lotados.

Também foi feita a divulgação da nossa imprensa, e discutida a independência financeira e política. Apresentamos o jornal Tempo de Re-

volução, que tem como base editorial tratar dos assuntos mais relevantes da conjuntura política, da luta de classes, das manifestações, das organizações e eventos dos coletivos como o Movimento Negro Socialista, Mulheres Pelo Socialismo, Liberdade e Luta etc. Além de editoriais que desenvolvem temas atuais sobre os assuntos internacionais. A revista teórica América Socialista também foi divulgada. Uma revista que traz artigos marxistas aprofundados sobre as questões que mais afligem a humanidade.

Estiveram presentes cerca de 20 ativistas de diversas áreas profissionais: enfermagem, assistência social, magistério e aposentados. Os

participantes se conectaram dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, além do Rio de Janeiro – das cidades de Niterói, Teresópolis e da própria capital. Todos demonstraram interesse em debater o tema, inclusive estavam animados para se organizar pelo “Fora Bolsonaro Já!” e pela construção do socialismo.

Diante da crise sanitária provocada pelo capitalismo, menos de um quarto da população brasileira está imunizada. O Brasil atingiu em junho deste ano a mórbida soma de mais de meio milhão de mortos por Covid-19 e já caminha para 600 mil mortes. Ou seja, a cada 377 brasileiros, um perdeu a vida para o vírus. Não apenas por causa da doença, mas pelas condições que o capitalismo produz. Como acertadamente disse Karl Marx: “*A desvalorização do mundo humano aumenta em proporção direta com a valorização do mundo das coisas.*”

A burguesia e seus governos avançam a passos largos no sucateamento e liquidação da saúde como serviço público, através das terceirizações, privatizações e retiradas de

direitos trabalhistas, como o fim da estabilidade dos servidores através da PEC 32 da Reforma Administrativa.

“A desvalorização do mundo humano aumenta em proporção direta com a valorização do mundo das coisas.”

Diante deste grave quadro, discutimos no evento como a classe trabalhadora deve se organizar para derrubar Bolsonaro e construir um governo dos trabalhadores, sem patrões nem generais. Foi debatido também a greve geral dos servidores de 18 de agosto e a crise nos sindicatos e centrais sindicais.

Organizados, os trabalhadores são mais fortes! Pedimos aos presentes a assinatura no manifesto pela derrubada de Bolsonaro já e convidamos eles a se juntarem a nós nos Comitês de Ação.

Encontro sobre a 2ª edição do jornal Kernel Panic

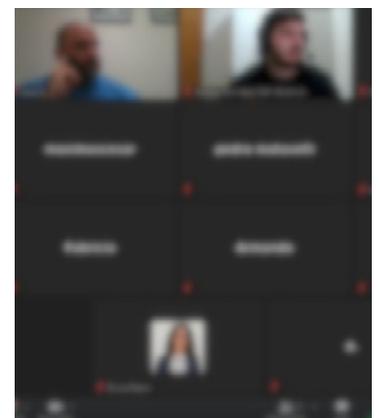
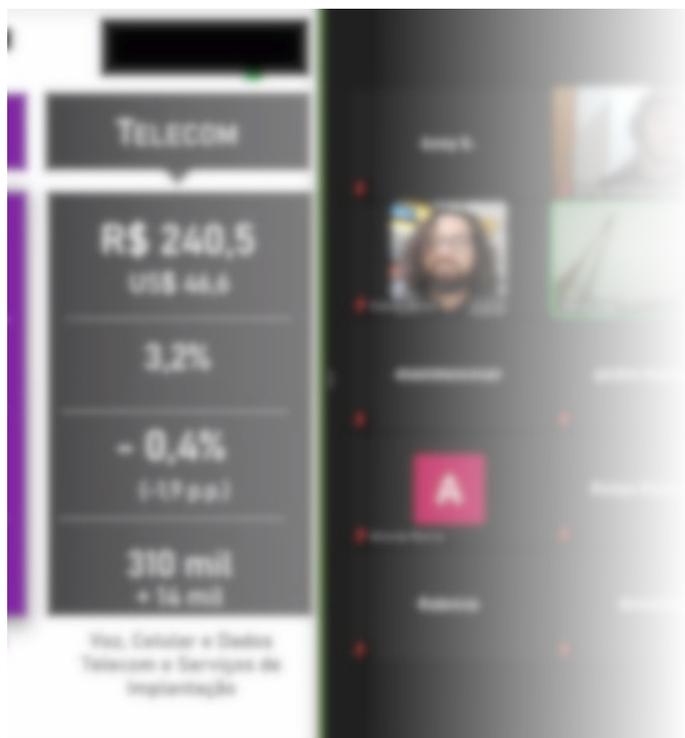
| InfoProletários

Trabalhadores de TI de todo o Brasil encontraram-se com os membros do Infoproletários para debater as questões sindicais que foram assunto da segunda edição do jornal Kernel Panic.

Nesta edição, abordamos as dificuldades dos trabalhadores de São Paulo que formam a base do SindPD-SP, um sindicato dirigido

por uma burocracia que não mobiliza sua base, buscando sempre se apoiar nas vias institucionais. Para dar um exemplo, a convenção coletiva de 2020 está em disputa judicial até hoje e não há perspectiva alguma da direção sindical de buscar mobilizar a nossa classe para a conquista deste direito.

[Leia a segunda edição do Kernel Panic aqui.](#)





No dia 31 de julho, depois de meses de uma “greve” em que a direção da APP-Sindicato fazia seus “atos de representação” e a categoria ficava em suas casas, trabalhando sem parar, a assembleia da categoria decidiu pelo encerramento da famigerada “greve pela vida”.

É preciso refletir sobre os fatos, compreendê-los e buscar superar a profunda crise que assola, não apenas os educadores do Paraná, mas o conjunto da classe trabalhadora. Ao fazermos isso, é impossível não concluir o quanto essa crise está profundamente ligada a uma crise das direções dos trabalhadores e de suas constantes e sistemáticas traições ou vacilações.

Breve retrospectiva

No início de 2020, o governador Ratinho Jr. (PSD) buscou “passar a boiada”, intensificando dia após dia, mês após mês, seus ataques contra o conjunto dos servidores, em especial os educadores, eleitos como um de seus principais “inimigos políticos”.

O primeiro ataque de Ratinho e de seu secretário de educação, Renato Feder,

assim que teve início a pandemia, foi a terceirização dos agentes nas escolas estaduais. Logo em seguida, o governo inicia a militarização de centenas de escolas no Paraná. Junto a esse processo, mais ataques ocorreram sem cessar, como a redução do número de aulas das disciplinas das áreas de humanas (filosofia, sociologia, arte, entre outras) e a precarização ainda maior dos contratos PSS (trabalhadores temporários, não concursados).

Em 2020, o governo fechou o ano com seus ataques, descartando reajustes, avanços e progressões dos educadores da LDO de 2021.

O que fez a direção da APP?

A direção da APP, buscando manter a “coerência” de seu discurso e de suas ações, insistiu em uma “conciliação com o governo” e buscou ao máximo não convocar os educadores para uma Greve Geral da categoria ou para as ruas, pois a pandemia, segundo eles, exigia “novos métodos de luta”; uma “greve diferente”, dizia a direção. A direção da APP evitou a greve durante todo ano de 2020, quando inúmeros ataques

Balanco da greve dos trabalhadores em educação do Paraná

| Trabalhadores em educação do Paraná – Esquerda Marxista

ocorriam e o conjunto da categoria demonstrava potencial tendência de reação.

Em pleno recesso, e em meio ao que ficou conhecida como a “2ª onda” da Covid-19, durante março deste ano, sem dar trégua a seus inimigos ideológicos e de classe, Ratinho Jr. decreta o retorno das aulas presenciais no Estado. Depois de aprovar a proposta de “greve pela vida”, que na verdade transformou-se em um mecanismo legal para a manutenção do trabalho remoto, a direção da APP pouco ou nada fez para a construção da greve e para mobilizar a categoria.

Incapaz de uma autocrítica, a direção da APP joga no ombro da categoria a culpa pela greve não ter se desenvolvido como deveria. O que se poderia esperar de uma greve ao qual nem mesmo o conjunto dos dirigentes sindicais aderiu? O problema, na verdade, não se limita apenas à direção da APP. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), durante todo o período da pandemia, não convocou sequer um dia de paralisação “em defesa da vida”, contra o retorno das aulas presenciais. A única coisa que se viu foram notas no site lamentando a morte dos trabalhadores em educação.

Cansada das “práticas tradicionais” do “sindicalismo de conciliação” e de uma política burocrática-eleitoral exercida pela direção da APP, a esmagadora maioria da categoria se afasta do sindicato, tornando-se descrente na luta por vias sindicais. Nenhuma outra greve que seja convocada pela APP conseguirá se desenvolver, e conquistar a força que já teve no passado, enquanto a atual direção mantiver a sua linha política e o poder sobre o aparato sindical.

Incapaz de uma autocrítica, a direção da APP joga no ombro da categoria a culpa pela greve não ter se desenvolvido como deveria.

O acúmulo de derrotas sofridas pela categoria nos últimos anos, a política eleitoral e a incapacidade da atual direção da APP neste período em apresentar uma resistência e mobilização efetiva contra os ataques do governo, têm feito com que a categoria dos educadores acabe tendo mais insegurança em relação à direção do sindicato – e por isso, pelo próprio sindicato, pois ambos geralmente acabam sendo confundidos pela categoria como sendo

“a mesma coisa” – do que insegurança em relação à pandemia e o retorno às aulas presenciais, mesmo sem imunização e segurança.

Nós, militantes da Esquerda Marxista, convidamos todos os educadores que atuam na base da categoria e que concordam com nossas análises e balanços a se organizarem conosco para construir uma oposição séria e efetiva POR DENTRO DA APP SINDICATO! Até quando vamos esperar para arrancar a casta burocrática que controla a direção da APP há décadas e devolver o sindicato novamente à categoria dos educadores? Até quando os educadores paranaenses irão suportar os ataques do Governo Ratinho e assistir perplexos à ruína de nosso sindicato e de nossos direitos? Organize-se e venha lutar com a gente!

* Leia a versão completa deste artigo [no site da Esquerda Marxista](#).



MPS de SP debate as conquistas da mulher trabalhadora na União Soviética

| Jacqueline Takara

O Movimento Mulheres Pelo Socialismo (MPS) – SP realizou no dia 18 de agosto uma atividade com o tema “As Conquistas da Mulher Trabalhadora na União Soviética”, com base no texto de Ana Barradas denominado “A Família na União Soviética”, publicado na Revista Operário nº2, de novembro/dezembro de 1985. O debate contou com o informe da camarada Ana Claudia Castro, professora e militante do MPS, e teve participação de 37 pessoas, incluindo militantes e apoiadores da organização.

A atividade debateu as importantes mudanças na legislação russa com relação às questões mais sentidas pelas mulheres trabalhadoras. Um dos exemplos tratados foi a “dissolução do matrimônio” (divórcio), que se tornou o primeiro código soviético sobre a família, logo após a Revolução de Outubro de 1917.

O texto em questão cita outras diversas conquistas para mulheres e avanços na educação das crianças e adolescentes: o decreto de 31 de dezembro de 1917 cria o Instituto de Proteção da Maternidade e da Infância, em 31 de maio de 1918 institui-se a educação mista nas escolas e em 20 de dezembro de 1920 legaliza-se o aborto, que passa a ser realizado pelo simples desejo da mulher, sem que ela seja criminalizada ou punida pela ação de abortar.

Ana Barradas trata da importância da instauração da alimentação coletiva, que ocorre durante o comunismo de guerra por meio dos refeitórios públicos, para

que as mulheres se libertassem do cuidado da alimentação da família e do lar e fosse modificado seu papel de “alimentadora”, “agarrada ao fogão, ao avental e ao pano de louça (...)”. Em seu texto, cita que em Petrogrado, entre 1919 e 1920, cerca de 90% dos habitantes estavam inscritos na alimentação coletiva e que em Moscou, nesse mesmo período, 60% da população frequentava os refeitórios. O novo hábito coletivista se traduzia em uma forma mais racional para alimentar os trabalhadores e possibilitava à mulher inúmeros benefícios.

Porém, nos anos 1930 as conquistas da Revolução Russa acabam sofrendo derrotas, a começar pela aprovação da legislação de 1936, que proíbe a legalização do aborto nos casos de primeira gravidez, concedendo inclusive prêmios às mulheres que tinham mais de seis filhos. Inicia-se a partir desse período o que Ana Barradas cita como a “contrarrevolução sexual”, o que levou a retrocessos para a vida das mulheres, confinando-as cada vez mais ao ambiente familiar e afastando-as da vida política por meio da destruição dos direitos conquistados no período anterior.

Na atividade, Ana apresentou os impactos negativos do stalinismo para a vida da mulher trabalhadora na União Soviética e apontou como única solução para emancipação da mulher nos dias de hoje a revolução socialista em nível internacional. Durante o debate, foi ainda reforçada a ideia de que o que fracassou na União Soviética não

foi o socialismo, mas o stalinismo e sua burocracia.

Por fim, também é importante ressaltar que, apesar da autora Ana Barradas trazer em seu texto enormes contribuições para o estudo das conquistas da mulher após a Revolução de 1917 e de suas derrotas em anos seguintes, em sua conclusão enfatiza muito mais como motivo para os retrocessos existentes na União Soviética a psicologia e a moral conservadoras entre os bolcheviques – que teriam tomado conta do Partido – do que as questões objetivas que levaram, por meio do stalinismo e da burocracia, ao isolamento da União Soviética, abrindo a perspectiva de reconstituição do capitalismo. A autora chega a afirmar que “foi a partir de dentro que a revolução se desmoronou, sucumbindo mais pelas suas fraquezas do que pela pressão das forças externas” e omite em seu texto o que foi o stalinismo e suas diferenças com os comunistas que lutaram na Oposição de Esquerda.

A perspectiva do Mulheres Pelo Socialismo é a da defesa da revolução socialista internacional, por compreender que o isolamento da União Soviética e a ideia stalinista do chamado socialismo em um só país apenas criou uma vida de sofrimento para as mulheres. Somente com a mudança da base material da sociedade, a tomada do poder do proletariado em todo o mundo, aponta-se um caminho de vitória para o conjunto dos trabalhadores, em especial para as mulheres.

Atividade debaterá as lições da Revolução e Guerra Civil na Espanha

| Michel Goulart da Silva

Será realizado no dia 28 de agosto (sábado) mais um módulo da Universidade Marxista Brasil (UMB), organizada pela Esquerda Marxista, em formato on-line, que debaterá as lições e a importância da Revolução Espanhola e da Guerra Civil. Neste ano, as atividades da UMB estão centradas no tema “História das revoluções”, discutindo alguns dos principais processos revolucionários ocorridos nos últimos séculos.

Na atividade sobre Revolução Espanhola serão debatidos alguns temas fundamentais para compreender

esse processo e a história do movimento operário: as contradições históricas e sociais da revolução e a dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado, o papel traído das direções dos trabalhadores e a Frente Popular, o fascismo, sua organização e a dominação burguesa, entre outros temas.

Convidamos os trabalhadores e jovens que se dedicam à luta contra o capitalismo e à construção de uma nova sociedade para que venham discutir conosco a experiência da Revolução e Guerra Civil Espanhola.

Clique para inscrever-se!

